Secretário Sr. Paco Britto demonstrou apoio total à ideia, relembrando da importância de Athos para a construção de Brasília. O Sr. Adalberto Scigliano explicitou a importância histórica da Fundação Athos Bulcão, além de demonstrar apoio à concessão. A Deputada Erika Kokay também apoiou a proposta, ressaltando a importância de Athos Bulcão no processo formativo do povo brasileiro. O Sr. Ricardo Meira apoiou o pleito, informando que há interesse arquitetônico na proposta. O Dr. Roberto Carlos Batista relembrou que se trata de um processo antigo, que o Ministério Público acompanha o pleito há muito tempo, e que a concessão corrigiria um erro histórico. Em seguida, a palavra foi passada para a comunidade. Fizeram uso da fala: Benny Schvasberg, representando a Universidade de Brasília; Leiliane Rebouças, Coordenadora do Movimento Guardiões de Brasília; Marcia Rollemberg, representando o Ministério da Cultura; Luiz Eduardo Sarmento, representando o Instituto de Arquitetos do Brasil; Cida Carvalho, Presidente da Associação Candanga de Artistas Visuais; Marília Panitz, do Instituto de Pesquisa e Promoção à Arte e à Cultura; Luis Otávio Neves, da Fecomércio; Regina Suzuki; Sílvio de Almeida; Nicolas Behr; Markyllver Goes, do Gabinete da Senadora Leila Barros; Moraes de Castro, da Federação Panamericana de Arquitetos Associados; Claudia Pereira; Matheus Carvalho; Ana Maria Lopes e o cineasta Vladimir Carvalho. Registre-se que todas as falas foram de apoio à concessão do terreno, denominado Lote 12 do eixo Monumental, à Fundação Athos Bulcão, para que construa sua sede própria. Não havendo mais nenhuma inscrição de fala, a Audiência Pública foi encerrada.

FELIPE RAMÓN MORO RODRÍGUEZ

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

PORTARIA Nº 67, DE 23 DE JULHO DE 2024

Aprova o Estudo Territorial Urbanístico – ETU 01/2024, aplicável à Região dos Lagos, na Região Administrativa de Sobradinho – RA V.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 105, parágrafo único, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019, o Decreto nº 39.689, de 27 de fevereiro de 2019, a Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, atualizada pela Lei Complementar nº 854, de 15 de outubro de 2012, a Lei Complementar nº 1.027, de 28 de novembro de 2023, a Portaria nº 59, de 27 de maio de 2020 e o que consta no Processo SEI 00390-00009332/2023-90, resolve:

Art. 1º Aprovar o Estudo Territorial Urbanístico da Região dos Lagos, inserido na Região Administrativa de Sobradinho – RA V, na forma do documento do ETU 01/2024.

Parágrafo único. São partes integrantes do ETU 01/2024:

I - Anexo I - Parte Técnica ETU 01/2024; e

II - Anexo II - Parte Normativa ETU 01/2024.

Art. 2º Os documentos urbanísticos mencionados no art. 1º devem estar disponíveis no endereço eletrônico <http://www.sisduc.seduh.df.gov.br/>, no prazo máximo de 7 dias, contados da publicação desta Portaria no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF, conforme determinação da Portaria nº 95, de 21 de outubro de 2021, alterada pela Portaria nº 12, de 03 de fevereiro de 2023, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – Seduh, que dispõe sobre os procedimentos para divulgação de documentos urbanísticos e sua disponibilização no Sistema de Documentação Urbanística e Cartográfica – Sisduc.

Art. 3º O ETU 01/2024 substitui a DIUR 06/2011 – Setor Habitacional Região dos Lagos, aprovada pela Portaria nº 34, de 20 de junho de 2013.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA COM VISTAS À APRESENTAÇÃO DO RESULTADO DA ETAPA DE DIAGNÓSTICO OBTIDO NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL – PDOT

Ao vigésimo nono dia do mês de junho, do ano de dois mil e vinte quatro, no Museu Nacional de Brasília, às 9 horas e 32 minutos, foi iniciada a Primeira Audiência Pública com Vistas à Apresentação do Resultado da Etapa de Diagnóstico Obtido na Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) de acordo com o roteiro a seguir transcrito: 1. Abertura do Evento. 2. Leitura das principais regras de funcionamento. 3. Apresentação Técnica. 4. Manifestações verbais dos participantes. 5. Considerações finais da mesa. 6. Encerramento. Prosseguiu-se ao item 1. Abertura do Evento: O Mestre de Cerimônia cumprimentou a todos e convidou para compor a mesa: o Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal – SEDUH, Sr. Marcelo Vaz Meira da Silva; a Secretária Adjunta de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEADUH/SEDUH, Sra. Janaína Domingos Vieira; a Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano – SUPLAN/SEADUH/SEDUH, Sra. Juliana Machado Coelho; o Coordenador de Planejamento e Sustentabilidade Urbana – COPLAN/SUPLAN/SEADUH/SEDUH, Sr. José Mário Pacheco Júnior; e o Diretor de Planejamento e Sustentabilidade Urbana – DIPLAN/COPLAN/SUPLAN/SEADUH/SEDUH, Sr. Antônio Maycon Martins. Informou sobre o processo de convocação, conforme define a Lei Distrital nº 5.081/2013, indicando a quantidade, o dia e o veículo de publicação correspondente (duas convocações pelo DODF e duas por Jornal de grande circulação), bem como as páginas oficiais que hospedaram a convocação. Dando sequência, iniciou o item 2. Leitura: primeiramente do roteiro e, em seguida, comunicou que a Audiência teria caráter

consultivo e não deliberativo, seria de livre acesso e teria por objetivo dar publicidade à matéria a ser apreciada – resultado da Etapa de Diagnóstico da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, assim como colher, contribuições, propostas, opiniões e manifestações a respeito. Explicou as atribuições da mesa e os mecanismos de participação e destacou a transmissão ao vivo do evento pelo canal Conexão Seduh. Registrou a presença das seguintes autoridades: Sr. Gabriel Magno, Deputado Distrital; Sra. Laís Cerqueira Silva Figueira, Promotora; e Sr. Felipe Ramón Moro Rodríguez, Subsecretário da Subsecretaria do Patrimônio Cultural – SUPAC, da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal – SCEE. Com a palavra, o Sr. Secretário de Estado Marcelo Vaz Meira da Silva passou ao item 3. Apresentação técnica: agradecendo a presença de todos e informando sobre as manifestações recebidas principalmente das entidades com representantes no Comitê de Gestão Participativa – CGP, no sentido de solicitar que a Etapa de Diagnóstico não se encerrasse na presente Audiência, o que foi acatado. Isto posto, acrescentou que uma nova Audiência Pública será agendada. Agradeceu a presença do Deputado Distrital Gabriel Magno, pedindo envolvimento dos parlamentares nas Leis urbanísticas, e parabenizou o trabalho técnico da SEDUH. Indicou que, após a conclusão da Etapa de Diagnóstico, será iniciada a Etapa de Prognóstico, com 16 reuniões, e posteriormente mais 62 reuniões na Etapa de Propostas. Relatou o trabalho que está sendo planejado com a van itinerante, que tem por objetivo visitar todas as Regiões Administrativas – RA para conversar com a população. Pediu que as manifestações sejam respeitadas e que apresentem propostas pertinentes ao Plano Diretor. Ato seguinte, a Sra. Juliana Machado Coelho detalhou o roteiro da Audiência já citado, lembrou que o evento estava sendo transmitido ao vivo pelo YouTube e explicou sobre as contribuições por formulário eletrônico. Apresentou o site do PDOT, onde podem ser encontradas as informações referenciadas na Audiência, bem como todo o trabalho realizado pelos técnicos até o presente momento. Após, elucidou o papel do PDOT e seu alcance, assim como os objetivos da Audiência Pública, discriminou as atribuições de cada uma das equipes envolvidas e discorreu acerca do trabalho desenvolvido desde 2018. Dando sequência, o Sr. José Mário Pacheco Júnior aprofundou a explicação sobre as etapas do processo de revisão do PDOT, iniciando pela Estrutura de Governança e Gestão Participativa. Citou os eixos temáticos, a saber: Habitação e Regularização Fundiária; Gestão Social da Terra; Ruralidades; Território Resiliente; Meio Ambiente e Infraestrutura; Mobilidade; Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades; e Participação Social e Governança. Após, segmentou as quatro etapas da revisão, explicando cada uma delas, que são: Diagnóstico, Prognóstico, Proposta e Consolidação. Explicou a construção do Diagnóstico a partir das Leituras Técnica e Comunitária, assim como suas respectivas elaborações. Avisou que a apresentação estava dividida entre os diagnósticos na escala das RA, das Unidades de Planejamento Territorial – UPT e do Distrito Federal – DF. Detalhou o que cada eixo temático aborda, quais seus objetivos e aspectos gerais. Em seguida, passou a detalhar o diagnóstico resultante de cada eixo iniciando pelo Eixo Temático de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades. Apresentou como diagnóstico à escala do DF a necessidade de oferta de emprego próximo às moradias, a dinamização dos centros urbanos, a promoção de novas áreas de desenvolvimento econômico, o desequilíbrio na distribuição de atividades no território e o potencial para desenvolvimento de atividades relacionadas à conservação, à vocação do cerrado, ao turismo, à economia criativa e às indústrias limpas. Sobre o Eixo Temático de Gestão Social da Terra, destacou: os instrumentos propostos e quais estão regulamentados e operando, como a Zona Especial de Interesse Social – ZEIS e o Estudo de Vizinhança – EIV. Relatou que o diagnóstico à escala do DF, apontou a redistribuição desigual dos valores arrecadados pelos instrumentos de captura de mais-valia, a baixa implementação dos instrumentos previstos no PDOT vigente, os parâmetros urbanísticos independentes de instrumentos urbanísticos, a requalificação de áreas ociosas ou subutilizadas no território, a implementação de instrumentos que possibilitem mitigar a ocorrência de ocupações irregulares e a ocorrência de conflitos relacionados à descaracterização da morfologia do território. A seguir, tratou do Eixo Temático de Habitação e Regularização Fundiária, sobre o qual listou o seguinte diagnóstico à escala do DF: a relação entre o déficit habitacional e o ônus excessivo com aluguel, a falta de regulamentação de instrumentos urbanísticos que visam garantir a função social da terra, a ocupação informal no território, a provisão habitacional para população de baixa renda, a diversificação de programas habitacionais para atendimento de faixas de rendas variadas e o aproveitamento mais efetivo das áreas da cidade que já possuem infraestrutura. Em relação ao Eixo Temático de Meio Ambiente e Infraestrutura, descreveu que as leituras indicaram a limitação da rede de abastecimento de energia pública para os sistemas de produção alternativos, as restrições ambientais para expansão dos serviços das redes de infraestrutura, a pouca articulação entre os desenvolvimentos econômico e sustentável, a demanda de priorização na implementação dos critérios de sustentabilidade para a expansão urbana, a ocorrência de ocupação informal e seus impactos nos recursos naturais e a necessidade de maior atenção ao zoneamento dos planos de manejo das áreas protegidas. Em seguida, explicou o Eixo Temático de Mobilidade e seu diagnóstico à escala do DF, que inclui: a necessidade de melhoria do acesso às atividades e aos serviços ofertados no território, a demanda pelo fortalecimento da conectividade interna e da integração entre os núcleos urbanos, o aumento da oferta e priorização de transporte de massa, a necessidade de integração do PDOT com o Plano Diretor de Transportes e Mobilidade – PDTU, a desvalorização da mobilidade ativa e do transporte público coletivo devido à conformação urbana fragmentada e a assimetria entre locais de concentração de emprego e de moradia. Ato seguinte, mencionou o Eixo Temático de Ruralidades, que apresentou em seu diagnóstico a ausência de normativos para o uso do solo rural e de regularização fundiária; a carência de estímulo ao turismo rural, prestação de serviços ambientais e produção agroecológica; a insuficiência na indicação de áreas

prioritárias para armazenamento e logística na zona rural; a delimitação de áreas para produção orgânica e redução do uso de agrotóxicos; e a preocupação com ocupações informais de características urbanas em áreas destinadas à agricultura. Já sobre o Eixo Temático de Participação Social e Governança, descreveu a falta de articulação entre os órgãos, a carência de indicadores de monitoramento da participação social afeta às questões urbanísticas, a descontinuidade entre as ações de participação social, a urgência da inclusão das comunidades vulneráveis no processo de participação e do incentivo a diálogos em canais de participação e a demanda de formulação de políticas educacionais urbanísticas. Por fim, tratou do Eixo Temático de Território Resiliente, cujo diagnóstico à escala do DF inclui: a ocorrência de alagamentos, ilhas de calor, falta d'água, deslizamentos, erosões, queimadas, contaminação e impermeabilização do solo, que comprometem as águas subterrâneas; a ineficiência na gestão de resíduos, recursos hídricos, drenagem e esgotamento sanitário, assim como a poluição e comprometimento dos corpos hídricos; as ocupações informais em áreas de risco e sensibilidade ambiental; e a ausência de infraestrutura verde e de soluções que considerem os efeitos das mudanças climáticas. Ato seguinte, o Sr. Marcelo Vaz Meira da Silva avisou que 50 pessoas já haviam feito suas inscrições de fala, que seriam encerradas em cinco minutos. Avançando na apresentação, o Sr. Antônio Maycon Martins sintetizou o diagnóstico de cada uma das UPT, assim como sua abrangência territorial, iniciando pela Leitura Técnica da UPT Central (inciso I, art. 103, da LC nº 803/2009), composta pelas RA de Candangolândia, do Cruzeiro, do Plano Piloto e do Sudoeste/Octogonal. Dessa UPT destacou: a necessidade de revitalização de áreas de relevância histórica vinculadas à memória e à fundação de Brasília; a ocorrência de alagamentos e deficiência da rede de drenagem; e a sobrecarga dos eixos estruturantes de deslocamento, especialmente as rodovias que ligam as ocupações urbanas ao centro nos horários de pico. Por parte da Leitura Comunitária ressaltou o preço elevado da terra; a necessidade de requalificação em áreas centrais; desigualdade socioespacial e a demanda por fiscalização no uso do solo, como pontos negativos citados pela população, por um lado; e, a presença de equipamentos esportivos e recreativos, a abundância de recursos hídricos e a localização privilegiada, por outro lado, como aspectos positivos. Sobre a UPT subsequente, Central Adjacente I (inciso II, art. 103, da LC nº 803/2009), da qual fazem parte, Lago Norte, Lago Sul, Park Way e Varjão apontou, por parte da Leitura Técnica: as demandas por infraestrutura urbana e por regularização fundiária; a necessidade de gestão e contenção da expansão em áreas ambientalmente sensíveis para preservar recursos naturais e manter ecossistemas; e, a preocupação com a pressão exercida pelas rodovias que circundam áreas ambientalmente protegidas, que se tornam vetores de ocupação informal. Em relação à leitura comunitária, destacou, como pontos negativos: a ocupação em áreas de sensibilidade ambiental; a demanda por regularização fundiária; e a especulação imobiliária; ao passo que, os pontos positivos, incluem a boa qualidade de vida; o potencial de desenvolvimento turístico; cultura; e o desenvolvimento da área agrícola. Prosseguiu com a apresentação e passou para a UPT Central Adjacente II (inciso III, art. 103, da LC nº 803/2009), composta por Águas Claras, Arniqueira, Guará, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo I, SCIA/Estrutural, SIA e Vicente Pires. Salientou, por parte da Leitura Técnica: o alto índice de condomínios irregulares em áreas de proteção ambiental; o potencial para uma nova centralidade com a implantação da Avenida das Cidades – se houver uma adequada adaptação entre os aspectos de densidade, altura e mobilidade e deslocamentos expressivos entre as RA desta UPT, além das viagens realizadas em direção ao centro de Brasília. Segundo ele, a leitura comunitária ressaltou como aspectos negativos a falta de regularização fundiária e de incentivo à preservação ambiental, bem como a precariedade do transporte público; mas enfatizou a presença de áreas verdes, amplo comércio e potencial econômico como pontos positivos. Dando seguimento, passou a para a UPT Leste (inciso VI, art. 103, da LC nº 803/2009), que inclui Itapoã, Jardim Botânico, Paranoá e São Sebastião, onde ressaltou, por parte da Leitura Técnica: a necessidade de melhorar a conectividade dentro das próprias RA e a ligação com RA vizinhas; a necessidade de adoção de medidas protetivas, principalmente a coibição do parcelamento irregular de glebas rurais; e a associação da diminuição da capacidade de recarga de aquíferos ao aumento de impermeabilização do solo e ao armazenamento de águas pluviais. Referente a essa UPT, a Leitura Comunitária trouxe: a necessidade de implementação da infraestrutura em áreas habitadas; a deficiência de áreas verdes, transporte público e acessibilidade, como aspectos negativos; e, como pontos positivos, foram destaque: a coesão e o engajamento da população, bem como a abundância de recursos hídricos. Sobre a UPT Norte (inciso V, art. 103, da LC nº 803/2009), da qual fazem parte as RA de Arapoanga, Fercal, Planaltina, Sobradinho e Sobradinho II, destacou-se da Leitura Técnica: a indicação das ocupações com características urbanas em Zonas Rurais que comprometem as áreas de proteção de mananciais; pouca oferta de ônibus circulares, de novas conexões viárias e cicloviárias e do potencial de fomento às atividades relacionadas ao ecoturismo e ao turismo rural. A Leitura Comunitária, por sua vez, apresenta a demanda por regularização fundiária e crítica a falta de incentivo ao turismo ecológico e a precariedade do transporte público. Por sua vez, a Leitura Comunitária dessa UPT resalta como aspectos positivos da região a presença de áreas verdes; a organização de movimentos sociais, entidades, associações e conselhos; e o processo de regularização fundiária em andamento. Quanto à UPT Oeste (inciso IV, art. 103, da LC nº 803/2009), composta por Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Sol Nascente/Pôr do Sol e Taguatinga, a Leitura Técnica indica a necessidade de revisão do Zoneamento Urbano; a requalificação de áreas vazias; a necessidade de adoção de medidas protetivas, principalmente voltadas a coibir o parcelamento irregular de glebas rurais; e, por fim, a simetria entre as áreas de concentração residencial e de emprego. A Leitura Comunitária indicou a demanda por regularização fundiária, por um lado e, por outro, a falta de incentivo à preservação ambiental e a precariedade do transporte público como aspectos negativos da região. Contudo, aponta a localização privilegiada, a presença

de amplo comércio e o incentivo à qualificação profissional, como pontos positivos da região. Em seguida, passou para a descrição do diagnóstico referente à UPT Sul (inciso VII, art. 103, da LC nº 803/2009), formada pelas RA de Água Quente, Gama, Recanto das Emas, Riacho Fundo II e Santa Maria que traz, por parte da Leitura Técnica, a necessidade de revisão do Zoneamento Urbano; a requalificação de áreas vazias; a demanda pela ampliação de linhas do BRT implantadas; por um lado e a proliferação de ocupações informais residenciais em zona rural e a pressão por expansão da macrozona urbana, por outro. A população dessa UPT, por meio da Leitura Comunitária, indicou como pontos negativos a demanda por regularização fundiária, a falta de incentivo à preservação ambiental e a precariedade do transporte público; e, como pontos positivos, indicou a forte presença de agricultura familiar; o potencial de turismo ecológico; e a preocupação da comunidade local com a preservação ambiental. Dando continuidade, a sua apresentação, listou, também, o diagnóstico específico de cada uma das 35 RA, conforme segue, iniciando pela UPT Central: na Candangolândia destacou-se a requalificação urbana, a regularização fundiária e a mobilidade ativa; no Cruzeiro foi o saneamento ambiental, demanda por Alamedas e Eixos viários arborizados e mobilidade ativa; para o Plano Piloto ressaltou-se a manutenção do tombamento, a provisão habitacional e o saneamento ambiental; por fim, no Sudoeste/Octogonal, apontou-se as áreas de importância ambiental, a mobilidade ativa e a inconformidade entre usos e atividades. Passando para a apresentação das RA da UPT Central Adjacente I, indica-se: para o Lago Norte a mobilidade ativa, as áreas de importância ambiental e a regularização fundiária; para o Lago Sul, saneamento ambiental, incomodidade entre usos e atividades, áreas de importância ambiental; para o Park Way, equipamentos públicos comunitários, sistema viário e conectividade, saneamento ambiental e segurança; e, para o Varjão, equipamentos públicos comunitários, regularização fundiária e mobilidade ativa. No caso das RA da UPT Central Adjacente II, destacou: em Águas Claras, a cerca de linhas de metrô, dificultando a integração entre as partes da RA, a demanda por equipamentos públicos comunitários e por mobilidade ativa; em Arniqueira, a regularização fundiária, a demanda por equipamentos públicos comunitários, o sistema viário e conectividade; já no Guará, também sistema viário e conectividade, mobilidade ativa e áreas de proteção ambiental; no Núcleo Bandeirante, o saneamento ambiental, equipamentos públicos comunitários e mobilidade ativa; enquanto no Riacho Fundo I, o transporte público coletivo, as ocupações informais em áreas com características rurais e o saneamento ambiental; em SCIA/Estrutural, a requalificação urbana, as ocupações informais em áreas de risco e demanda por equipamentos públicos comunitários; no SIA também mobilidade ativa, equipamentos públicos comunitários e ocupações informais em áreas de risco; e, já em Vicente Pires, para além das questões vinculadas aos equipamentos públicos comunitários e ao transporte coletivo, tem-se o aumento da verticalização. Avançando para a UPT Leste, as indicações foram: no Itapoã, as áreas de importância ambiental, o sistema viário e conectividade e o desenvolvimento econômico; no Jardim Botânico, a regularização fundiária, novas unidades de conservação e equipamentos públicos comunitários; no Paranoá, o desenvolvimento econômico, a alteração de zoneamento e a logística para escoamento de produção rural; e, finalmente, em São Sebastião, equipamentos públicos comunitários, transporte público coletivo e desvio do uso rural. Quanto ao diagnóstico referente à UPT Norte, o destacado foi: em Arapoanga, equipamentos públicos comunitários, alteração de saneamento e transporte público coletivo; na Fercal, transporte público coletivo, saneamento ambiental e equipamentos públicos comunitários; em Planaltina, requalificação urbana, regularização fundiária e equipamentos públicos comunitários em áreas rurais; em Sobradinho, ocupação em área de sensibilidade ambiental, transporte público coletivo e ocupações informais; e, em Sobradinho II, equipamentos públicos comunitários, desenvolvimento econômico rural e alteração de saneamento. Os destaques do diagnóstico levantados para a UPT Oeste foram: para Brazlândia, incentivo ao turismo rural, a provisão habitacional e o saneamento ambiental; para Ceilândia, equipamentos públicos comunitários, desvios de uso rural e saneamento ambiental; para Samambaia, regularização fundiária, equipamentos públicos comunitários e ocupações informais em áreas de importância ambiental; para o Sol Nascente/Pôr do Sol, equipamentos públicos comunitários, sistema viário e conectividade, e crescimento habitacional sem planejamento; já para Taguatinga, sistema viário e conectividade, áreas de importância ambiental, ocupação em áreas de sensibilidade ambiental. Finalizou os apontamentos do Diagnóstico referentes às RA da UPT Sul conforme segue: para a Água Quente, equipamentos públicos comunitários, desenvolvimento econômico e saneamento ambiental; no Gama temos integração entre os modos de transporte, regularização fundiária, equipamentos públicos comunitários; Recanto das Emas, transporte público coletivo, desvio do uso rural e equipamentos públicos comunitários; Riacho Fundo II, com sistema viário e conectividade, regularização fundiária e áreas de importância ambiental; e, para Santa Maria tem-se, finalmente, requalificação urbana, a regularização fundiária e o desvio do uso rural. Por fim, destacou que, embora cada UPT e, dentro delas, cada RA tenha as suas peculiaridades, é preciso identificar o que se repete no território, independentemente da proximidade, e como esses padrões do território se manifestam e se relacionam com as áreas próximas. A seguir, o Sr. Marcelo Vaz Meira da Silva agradeceu a presença do Deputado Distrital Fábio Felix e abriu para as manifestações. Lembrando que os representantes de entidades teriam cinco minutos de fala cada enquanto os manifestantes individuais teriam três minutos, solicitando atenção ao tempo. De posse da palavra, o Mestre de Cerimônias passou a encaminhar as falas, iniciando com a Sra. Kátia Regina, Presidente da Associação Comunitária Amigos do Alto Kanegá – ACCAK. A expoente cumprimentou a mesa e ressaltou o que entende ser o papel da Leitura Comunitária – construir soluções para os problemas levantados pela Leitura Técnica. Isto posto, exemplificou que o aumento de ocupações em áreas ambientalmente vulneráveis

identificado na Leitura Técnica é retroalimentado pela ausência de regularização fundiária, conforme observado pela Leitura Comunitária. Não obstante, a comunidade do Alto Kanegae defende a luta por moradia com dignidade e responsabilidade ambiental. Por fim, agradeceu a abertura para participação popular. O Sr. Marcos Santa Rosa, ASPROESTE, se disse parte daqueles que defendem a realização de uma segunda Audiência para aprovar esse Diagnóstico, pois, em seu entender, ele está incompleto, uma vez que não traz elementos importantes, especialmente no tocante ao Eixo Ruralidades, sobre o qual se debruçou com maior propriedade, a saber – a criação da ETR (abril de 2023) e o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (1ª ed publicada em julho de 2021). Já o Sr. Pedro Albuquerque Barbosa, presidente da Associação de Produtores e Moradores do Córrego do Atoleiro, fez referência à interação entre os pequenos produtores rurais da região de Planaltina e a possível poligonal do Parque Distrital do Retirinho, criado em 1999 (Lei nº 2355/1999) e, recategorizado em 2019 (Lei nº 6414/2019), sem poligonal definitiva, solicitando que a implantação efetiva do parque ocorra, mas sem prejudicar os pequenos produtores rurais locais, além de pedir a efetivação do zoneamento de toda a região de uso controlado como “área rural”, não como “área urbana”. O Sr. Doralino Sena, morador do Lago Norte, disse representar o Movimento em Defesa do Parque das Garças e agradeceu a oportunidade e o trabalho desenvolvido, mas declarou que o material apresentado não representa o que foi desenvolvido nas oficinas. Declarou que a parte técnica deve estar a serviço do comunitário e repudiou o documento. Asseverou que o PPCUB não deve estar dissociado do PDOT e disse que a especulação imobiliária está acima dos interesses da população; tratou da ocupação dos imóveis e solicitou mais oficinas para criação de um novo diagnóstico, sob os princípios da preservação e da sustentabilidade (equilíbrio entre os aspectos econômico, ambiental, social e cultural), contudo, reivindicou áreas residenciais sem comércio. A palavra passou, então, ao Sr. Sebastião Boechat, vice-presidente da Associação Park Way, o qual informou que sua região foi determinada como de uso residencial na Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS e citou sua baixa densidade populacional, o que dificulta a expansão do transporte público. Ressaltou a necessidade de saneamento ambiental e segurança, indicando compreender sobre a complexidade do saneamento ambiental na região, por abrigar uma Área de Proteção Permanente – APP. A seguir, o Sr. Guilherme Black, Movimento Nacional da População de Rua do DF, disse querer tratar do PPCUB, mesmo sabendo não ser este o espaço para tal, alegando negarem naquele instrumento, a possibilidade de abertura de creches no Setor Comercial de maneira a não abrir o precedente de atendimento às pessoas em extrema vulnerabilidade social. Segundo ele, assim, o Estado segrega a população, negando apoio às famílias, citando o exemplo do assentamento 26 de Setembro (Vicente Pires), que visitou recentemente. A Sra. Vanessa de Medeiros, presidente da Associação dos Protetores do Parque Ecológico do Taquari e do Parque Ecológico do Varjão, advogada da área de Saúde, comentou que não há como falar em saúde sem tratar da preservação do cerrado, das nascentes e do meio ambiente do DF. Mencionou que as comunidades do Varjão, do Taquari, do Torto e da Península Norte reuniram-se para reivindicar a redefinição da poligonal do Parque Ecológico do Taquari (criado em 2003, teve sua poligonal definida com a aprovação do plano de manejo, pela Instrução nº 182, de 27 de agosto de 2014, a qual foi revogada em 2022). Da mesma forma, solicitou o cercamento e a revitalização do Parque Ecológico da Vila Varjão, com poligonal definida e vigente (conforme Decreto nº 27.199/2006; e, plano de Manejo aprovado, conforme Instrução nº 183, de 27 de agosto de 2014), uma vez que a Instrução nº 04, de 26 de janeiro de 2022 não revoga o estabelecido em Decreto. Então, a Sra. Magda Camarda Bernardes, Diretora da Escola Classe do Núcleo Rural do Córrego do Atoleiro, deu início a sua fala agradecendo a oportunidade e, em especial, a presença dos Deputados Fábio Felix e Gabriel Magno. Pautou sua fala na crítica à alteração do zoneamento do PDOT, o qual, ainda de 2009, segundo ela, alterou a denominação de sua região de rural para urbana de uso controlado, questionando se a motivação não seria reflexo da especulação imobiliária, concluindo com um pedido para que sua região volte a ser rural. Reiterou as colocações sobre o Parque Retirinho e lembrou da necessidade de manutenção das vias de acesso às propriedades rurais, bem como defendeu a regularização fundiária e a instalação de redes de ônibus nas comunidades mais remotas. O Sr. Carlos Antônio disse-se satisfeito ao ler o diagnóstico, que foi sensível com determinadas áreas da sua região, São Sebastião (Rabo do Peixe, no Morro da Cruz; Baía dos Carroceiros, em Bonsucesso; e o Villa Green, em Área de Relevante Interesse Ecológico do Córrego Mato Grande), por serem pontos importantes de regularização fundiária. Contudo, segundo o expoente, temas como oferta habitacional e adensamento populacional não foram considerados adequadamente no documento. Da mesma forma, outros pontos de conflito temático (ruralidades e mobilidade, e.g) não foram abordados e, segundo ele, o crescimento populacional e os serviços decorrentes conflitam com a natureza rural da região, tão produtiva e necessária. O Sr. Dilmir Carvalho policial militar reformado e presidente do Projeto Mutirão Assistencial e Inclusão Social – ProMais, acrescentou a necessidade de equipamentos públicos em Taguatinga, citando a morte de um jovem da região, por essa falta de manutenção. Por fim, defendeu o Cadastro Nacional do Trabalhador Autônomo – CNTA, como solução para a economia da região, pois os comércios locais estão fechando. A seguir, o Sr. Romário Leal, presidente da Associação de Moradores da Expansão do Capão Comprido, em São Sebastião, relatou que sua comunidade é extremamente carente e pediu inclusão dela no PDOT, bem como atenção especial para São Sebastião como um todo, pois está crescendo sem infraestrutura adequada. O Sr. Ângelo Miranda, em substituição ao Sr. Ricardo Ramirez (inscrito), ambos representantes da ONG Terra Azul, iniciou sua fala descrevendo o trabalho da instituição. Trata-se de uma ONG que atua em conjunto ao Fórum de Defesa das Águas em prol de um futuro sustentável. Alertou para as mudanças climáticas e a expansão urbana em detrimento de áreas preservadas e

solicitou especial atenção em favor das áreas produtoras de água. Por fim, questionou de que forma serão tratadas as reivindicações colhidas até a elaboração da Lei, pois não estão perceptíveis no documento atual. A Sra. Tauane dos Santos Chaves, representante da Associação de Moradores Vale dos Ipês, pediu justiça, pois, segundo ela, os moradores dessa região do Lago Norte buscam a regularização fundiária há 40 (quarenta) anos. Em adendo, informou que as famílias da região lutam pela preservação ambiental e em defesa da terra contra a grilagem e mencionou a desapropriação emitida pela Terracap dando um prazo de 30 (trinta) dias para desocuparem a região, perguntando para onde as famílias (cerca de 600 pessoas) seriam transferidas. Em seguida, a palavra passou para o Sr. Jorge Dias de Oliveira, em substituição a Sra. Terezilda Ribeiro, ambos da Associação dos Produtores Rurais de Altiplano Leste – APRALB, o qual passou a ler o recado da diretoria da associação. A mensagem informava que a Associação já havia participado das reuniões referentes ao PDOT de 2009 e da revisão de 2012, sempre defendendo a manutenção da condição rural e ambiental da região, destacando sua importância para combater à crise hídrica e preservação da APA do São Bartolomeu e criticando a expansão urbana horizontal. O Sr. Augustino Pedro Veidt, do Condomínio Serra Azul, em Sobradinho, pautou sua fala sobre duas questões: a preservação e proteção do Parque Ecológico e da Lagoa Canela de Ema e sobre o papel das concessionárias (Caesb, CEB, Neoenergia, Novacap) nas discussões do PDOT. Segundo ele, há inúmeras projeções de prédios de vários pavimentos que comprometerão as áreas de preservação mencionadas e sugeriu a presença dos donos dos grandes projetos imobiliários na próxima Audiência, demonstrando sua preocupação com os projetos para a região de Sobradinho tanto pelos impactos no meio ambiente quanto de transporte. Por fim, argumentou por certa negligência da parte das concessionárias citadas na prestação dos serviços da região. A seguir, a Sra. Flávia Ribeiro da Luz, presidente da Associação Park Way Residencial, valorizou a fauna e a flora do DF, pedindo preservação, e defendeu que o Park Way continue sendo uma região exclusivamente residencial, de forma a contribuir com a preservação da região, em especial da APA Gama-Cabeça de Veado, a qual está sofrendo pela expansão de atividades urbanas. Descreveu a violação das APP e a urbanização desenfreada que devastou a natureza, citando a destruição ambiental provocada pelas ocupações informais, pois a manutenção das áreas verdes dos condomínios regulares é fiscalizada pelo IBRAM. Já o Sr. Israel Ferreira Rocha, morador da Fercal há 38 anos, falou sobre o grave problema de poluição enfrentado pela sua região, que compromete a saúde da população desde o nascimento. Também tratou da falta de áreas para equipamentos públicos, diretamente relacionada à necessidade de regularização fundiária da região, que é imprescindível para a preservação ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Maranhão. Em seguida, descreveu problemas específicos da Fercal como um todo, composta por 14 (quatorze) comunidades, como a falta de iluminação pública no Bananal, o crescimento desordenado, que compromete o abastecimento de água, que, segundo ele, são questões comuns, apesar da região ser a segunda que mais arrecada impostos, dada as atividades das duas maiores concretreiras do DF. O Sr. Josivan Francisco Neto, representante substituto da Associação do Setor Habitacional de Chácaras Lúcio Costa – Aschagas, no Guará, que comporta mais de 3 mil famílias, mencionou que o Setor faz parte do PDOT de 2009, e dos registros de 2002, mas que foram excluídos do processo em agosto de 2022. Tratou do meio ambiente da região, destacando que a área é visada por grandes empresas e questionou a definição da área como de risco. A Sra. Carmen Regina Correa, da Cooperativa Agroambiental Palmas do Lago Oeste – Cooperpal, reiterou a mesma crítica referente à manutenção da área como rural e pediu a regulamentação do Lago Oeste, afirmando que a área está ocupada de forma sustentável. A cooperativa desenvolve várias ações para manutenção da cobertura vegetal e recuperação de vegetação nativa, mas que não consta no diagnóstico como de regularização, por questões que se desenrolam desde 1991, acreditando se tratar de grilagem. Concluiu que o grupo que representa defende que a regularização fundiária de forma sustentável para a região. Após, o Sr. Antônio Matoso Filho, representante da Prefeitura Comunitária da Península Norte, também pleiteou que a região do Lago Norte continue sendo apenas residencial, afirmando que o adensamento e os prédios comerciais estão sobrecarregando as redes elétricas, de esgoto e de água. Por fim, alertou sobre as invasões em áreas verdes. A Sra. Regina Fittipaldi, da Universidade Internacional da Paz, informou que, juntamente com César Vítor, representa o Fórum das Ongs, e mencionou seu papel como conselheira do CONAM e do CRH, destacando, especialmente a análise dos projetos de intervenção no território que chegam de uma forma fragmentada, dificultando uma análise sistêmica do território (em que água, população, cultura e demais aspectos que o especificam se integram). Questionou o fato do ZEE não ter sido citado como uma referência estrutural do Diagnóstico, bem como não identificou nenhuma referência aos comitês de Bacias Hidrográficas, dizendo que a população precisa se apropriar desses instrumentos como documento fundamental. Em complemento, o Sr. César Victor do Espírito Santo, representante da Funatura e do Fórum das ONGs, informou fazer parte das discussões do ordenamento territorial da região desde a década de 90, preocupou-se com o fato da apresentação do Diagnóstico estar compartimentalizada por RA e UPT, desconsiderando a seu ver, os zoneamentos ecológicos-econômicos, contrariando a Lei Orgânica que define a necessidade do PDOT estar embasado no ZEE, reforçando a relevância do ZEE. Segundo ele, para que haja uma proposta de um desenvolvimento e ocupação ordenada, deve haver interligações ente as áreas protegidas e não ilhas de cerrado, comprometendo a escala bucólica proposta por Lúcio Costa. Ato seguinte, o Sr. Júlio César, representante da Associação dos Moradores da Ponte Alta Norte e Regiões – Ampar, informou participar das discussões do PDOT desde o processo que culminou com sua aprovação em 2009. Elogiou o processo democrático, expresso nas possibilidades de falas, pedindo, contudo, que a revisão avance mais rapidamente. Diferentemente das propostas anteriores, pleiteou que sua região,

Casagrande, seja considerada como urbana, dada a sua configuração atual. Sugeriu visitas para concluir quais propriedades rurais são de fato produtivas e questionou o princípio da preservação apenas para as regiões satélites e não para as regiões centrais de alto valor aquisitivo. Por fim, desejou boa sorte à equipe da SEDUH, reconhecendo a complexidade do trabalho. A Sra. Ludmila de Araújo Correia, representante do CAU/DF, destacou fazer parte do Comitê de Gestão Participativa – CGP e do Coletivo Panã Arquitetura Social, declarou que as Leituras Técnica e Comunitária devem se complementar e retroalimentar. Questionou se a política de interesse individual está colocada acima do interesse público, ressaltando que a qualidade do corpo técnico da secretaria, que podem não estar adequadamente valorizados no processo de decisão. Disse que as políticas públicas devem ser construídas a partir da realidade, defendeu a educação urbanística e definiu que o diagnóstico é uma análise crítica, para além do levantamento de dados apresentado. Reiterou a fala anterior sobre a ausência de outras normas e instrumentos (PDTU, Plandhis, ZEE) e que todos precisam ser implementados adequadamente, citando o exemplo da realocação da comunidade do Morro do Sabão, de Samambaia, para a quadra 209 do Sol Nascente, em uma área previamente destinada para moradias multifamiliares, em lotes unifamiliares, apenas o lote, sem apoio para a construção, continuando em condição de extrema precariedade. Por fim, registrou que o CGP não participou das discussões técnicas, comparando a apenas uma reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI quando o documento do diagnóstico já estava praticamente consolidado, sem condições de receber alterações significativas. O Sr. Antônio Marcos Pereira, da Prefeitura Comunitária do Kanegae, no Riacho Fundo I, região das Colônias Agrícolas do Riacho Fundo, Sucupira, entre outras, informando que a área, na verdade, é composta por 13 condomínios e 6 templos religiosos, pedindo um diagnóstico mais preciso para a região. Segundo ele, o documento menciona apenas parte desses condomínios (Califórnia, Porto Alto Sol, Vitória Régia, Fortaleza e parte da Placa da Mercedes) e relatou os problemas da comunidade. O pleito dos moradores é que a região, considerada zona de uso rural controlado, passe a ser área urbana, de forma a acelerar o processo de regularização do setor e garantir a implantação de equipamentos públicos e de infraestrutura necessária. Em resumo, demandou que o processo de elaboração do PDOT também acelere, mas não de forma açodada e sim criteriosa. Na sequência, o Sr. Rusbek de Alcântara Rebello, em substituição a Sra. Elied Barbosa, disse representar 4 (quatro) associações de produtores rurais da Vargem Bonita, também a Feira dos Produtores e da Cooperativa, ambas com os representantes presentes, solicitou espaço para a leitura de trecho da obra “Brasília Agrícola: sua história”, de Joaquim Alfredo da Silva Tavares (1995), sobre a história da Vargem Bonita. O trecho aborda a chegada dos primeiros japoneses à região em 1956, os quais receberam terra arrendadas próximo à entrada da Fazenda Sucupira e na Vargem Bonita, incluindo a região do Kanegae, nome da família que se instalou nessa região. Informou que apenas uma parte rural já está sendo regularizada pela ETR e aproveitou também para retificar a informação sobre o Park Way ser considerado o pulmão da cidade, esclarecendo o histórico da formação daquela região e comentando da complexa relação entre o Park Way e a Vargem Bonita. Como a Vargem Bonita está inserida no Park Way, este precisa ter comércio, para não sobrecarregar a Vargem Bonita. Por fim, pleiteou a correção do Documento Diagnóstico que não inclui a regularização fundiária da área, historicamente ocupada. A Sra. Vanuza Alencar disse que foi contemplada pelas falas sobre o meio ambiente e solicitou um olhar amplo, panorâmico e reflexivo sobre todas as regiões do Distrito Federal, bem como do Plano Piloto. Disse que a cidade não precisa de mais construções, criticou obras viárias e o transporte público. A Sra. Betúlia de Moraes Souto, Sálvia Terra, comunicou que, assim como Ludmila, também faz parte do CGP e notificou que passaria uma lista aos interessados em participar das comissões de acompanhamento do processo de revisão do PDOT. Alertou que o ocorrido com o PPCUB pode ocorrer com o PDOT, se não houver um movimento organizado para discuti-lo na Câmara Legislativa, explicando que as enchentes no Rio Grande do Sul estão relacionadas com a ocupação desordenada do solo, destacando a importância do PDOT em orientar a ocupação do território. Ressaltou que o DF tem todas as ferramentas necessárias para criar e implementar instrumentos participativos, como feito no caso do Plandhis e do ZEE, mas disse que o documento do Diagnóstico não apresentou uma análise crítica dos dados. Reiterou que o documento não foi apresentado atempadamente ao CGP e reiterou a demanda para a redefinição da Audiência para Reunião e o agendamento de uma Audiência Pública de fato, com a apresentação do material finalizado. Outro ponto levantado foi a falta de promoção do processo, de responsabilidade da Seduh, mas também do Governo do Distrito Federal – GDF como um todo. Assim, apontou para a ausência de publicidade do evento na grande mídia, nos ônibus, nas UBS, nos hospitais, nas escolas, nas universidades, nos CRA, nos CREA. Por fim, informou que faltam documentos da academia a serem inseridos no Diagnóstico. Com a palavra, o Sr. Secretário de Estado da SEDUH, Marcelo Vaz Meira da Silva confirmou que deu início a reunião já informando da realização de uma nova Audiência Pública para esta etapa do Diagnóstico, bem como garantiu a interlocução com a comunicação do GDF para os próximos passos do processo de revisão do PDOT. Na sequência, Sra. Lúcia Mendes, Fórum das Águas, disse que sua instituição participou de todas as 55 (cinquenta e cinco) oficinas participativas e audiências públicas por acreditar que não se pode pensar em ordenamento territorial sem considerar os recursos hídricos de forma central, corroborando a fala anterior da Sra. Regina Fittipaldi, sobre uma análise sistêmica, de forma a evitar o que ocorreu no PDOT em 2009, no caso da Serrinha do Paranoá e sua luta contra a expansão do Setor Habitacional adjacente, só corrigido com o ZEE. Sumarizou sua fala reforçando que os extremos climáticos tendem a se agravar e insistindo na necessidade de se considerar o ZEE. O Sr. Benny Schvarsberg, Andar a Pé, lamentou que a aprovação do PDOT será feita pelos Deputados Distritais, que não se interessam pela discussão, elogiando a presença dos Deputados Gabriel Magno e Fábio

Felix. Endossou, ressaltando também fazer parte do CGP, a necessidade de uma nova audiência pública, indicando que o evento atual poderia ser caracterizado como reunião, e opinou que o documento apresentado não é um diagnóstico, pois carece de análise crítica, uma vez que o cruzamento da Leitura Técnica com a Leitura Comunitária ainda está em andamento. Destacou que o PDOT, como assevera o Estatuto da Cidade, deve direcionar a alocação dos investimentos públicos e privados, orientando as leis orçamentárias, indicando nunca ter ocorrido isso desde 1992, quando da aprovação do primeiro PDOT. A consequência deste fato é a profunda desigualdade na distribuição dos serviços e equipamentos públicos, sugerindo que este PDOT reconheça essa fragilidade, apontando essa estratégia fundamental. Em seguida, enumerou como eixos mais frágeis em ambas as leituras a de mobilidade e a de ruralidades, ressaltando, porém, a oportunidade única da confluência dos processos de revisão do PDOT e do PDTU. Por fim, quanto à temática da ruralidade, alertou para a premente necessidade de frear a expansão urbana, ocorrida em todos os PDOT anteriores. O Sr. Joaquim José de Moura, Associação de Moradores do Condomínio Residencial Riacho Doce, Kanegae, Riacho Fundo I, agradeceu a oportunidade de participação, mas informou que faltam condomínios da sua região no documento apresentado, conforme já mencionado, enfatizando a ausência de seu condomínio. Tratou da importância da regularização fundiária em trazer segurança jurídica e estender os benefícios do poder público às áreas periféricas, ressaltando a importância do tema no PDOT. A seguir, o Sr. Beiu Alexandre Venturine, representante do Condomínio Quintas do Alvorada, comentou das dificuldades de seu condomínio em ser considerado como tal, informando que apesar de terem instituído a figura do condomínio ainda em 1975, por processo judicial, continuam até hoje, em processo de regularização. Citando o exemplo de diversos empreendimentos imobiliários na região, externou preocupação com as questões ambientais na região do Jardim Botânico e São Bartolomeu, solicitando a participação nos debates de implantação desses empreendimentos e, principalmente, a regularização da área para a implantação de equipamentos comunitários, uma vez que a infraestrutura local foi toda implantada com recursos privados do condomínio. A Sra. Maria Luísa Pinho Pereira, professora da Universidade de Brasília, falou sobre o projeto Vida e Água para as Áreas de Regularização de Interesse Social – ARIS, que atualmente somam 53 (cinquenta e três) áreas. Explicou que o projeto foi motivado pela constatação, ainda em 2020, quando da pandemia por Covid-19, da falta de abastecimento de água potável para uma população de mais de 200 mil pessoas que vivem nessas regiões. Reconheceu que sua participação na Oficina promovida pela Seduh foi contemplada. Por fim, resgatando o processo histórico de ocupação do território, lembrou que ainda em 1955 a partir de uma Carta e de um Decreto buscou-se definir áreas para produção de alimentos para abastecer a cidade que viria. Assim, concluiu, mais importante do que contrapor o rural ao urbano, é garantir a coexistência desses espaços de forma a pensar na segurança alimentar e no abastecimento de água para todos. Subsequentemente, a Sra. Cleuza Maria, presidente da Associação do Córrego Crispim, explicou a importância da bacia hidrográfica da qual o Córrego faz parte, pediu a reversão para área rural, pois parte da área é considerada urbana com características rurais e posicionou-se contrária ao parcelamento da região. Informou que o que dificulta o processo de regularização da área é o tamanho inferior de alguns lotes em relação ao módulo rural. No entanto, argumentou que este é um fato histórico ocorrido quando o Incra, por volta de 1965, assentou a população na Colônia Agrícola do Córrego Crispim, não devendo ser considerado um impeditivo. Com a palavra, o Sr. Demétrios Christofidis, presidente da Associação Comunitária do Setor de Mansões Park Way – ACPW, concentrou sua fala sobre o eixo temático “Território Resiliente”, o qual deveria considerar as potencialidades e vulnerabilidades do território. Com base no exemplo de sua região, o Park Way, indicou que o documento apresentou uma visão fragmentada, convalidando o argumento da ausência de uma visão sistêmica, bem como de interação entre o próprio poder público, ressaltando a ausência de representantes das demais instituições públicas no evento. Segundo ele, o eixo deveria estar também integrado a outros, conforme as necessidades da região. Assim, no caso do Park Way, com o eixo Meio Ambiente e Infraestrutura. Sugeriu, como estratégia, a implantação do IPTU Verde, de maneira a promover uma compatibilização adequada entre a conservação ambiental e o atendimento da rede de esgoto, e.g. Criticou as políticas confrontantes que, por um lado, concedem a emissão de um selo de garantia aos produtores locais, graças à preservação ambiental, mas aprovaram a alteração de gabarito e a implantação de um empreendimento que contaminará aquele solo. Neste sentido, alertou para o fato de que o conceito de ocupação desordenada não estar associado apenas à ausência do poder público. Ato contínuo, o Sr. William Goulart, Movimento Altiplano Rural – MAR, disse que a manutenção do status de área rural é fundamental para a região e contou sobre as reuniões livres realizadas em Altiplano Leste para análise dos documentos que subsidiaram o diagnóstico, parabenizando a mesa pelo trabalho. Indicou que o resumo apresentado não é suficiente para demonstrar todo o trabalho de levantamento, e pediu um diagnóstico mais analítico. Salientou que o PDOT precisa ser interativo, e não apenas participativo para manifestação de opiniões. Prosseguindo, a Sra. Alba Evangelista Ramos, pesquisadora associada da Aliança Tropical de Pesquisa da Água – TWRA (Tropical Water Research Alliance), informou estar na presidência do Comitê de Bacia dos Afluentes do Rio Paranaíba do DF, que engloba uma área de 64% do Distrito Federal. Como trabalhou na elaboração do Plano de Recursos Hídricos dos Afluentes Distritais do rio Paranaíba lamentou sua ausência no Diagnóstico apresentado, uma vez que tanto o Estatuto da Cidade quanto a Política Nacional de Recursos Hídricos, reforçam o papel da bacia hidrográfica como unidade de Planejamento. Criticou, também, a ausência do mapa das áreas de recarga do ZEE, pois este indica as áreas para onde a cidade está se dirigindo. Comentando a matéria recente sobre o Lago do Descoberto, asseverou não estarmos confortáveis em relação à disponibilidade hídrica para a demanda populacional prevista.

Citou, ainda, a ausência do Mapa de Vegetação elaborado pela SEMA em 2020, uma vez que este mapeia para cada tipo fito fisionômico, os diversos usos, a área ocupada no território e o percentual dessa área, solicitando que o PDOT identifique essas áreas como imunes à corte, para preservar essas fitofisionomias que são raras no DF, inclusive com flora endêmica. Instou, também, a criação da Área de Proteção de Manancial - APM do Lago Paranoá, pois identificou a captação de água no braço norte do Paranoá, bem como captação da Caesb no braço sul, perto da barragem. Da mesma forma, em relação às nascentes de Águas Emendadas, além de indicar a necessidade de um Comitê para as Bacias Hidrográficas no GTI. Por fim, lembrou a cessão de 3, 7 mil hectares da Floresta Nacional de Brasília, para assentamento humano, ocorrido com a promessa de compensação em outras áreas, o que ainda não ocorreu. Com a palavra, a Sra. Magda Helena Tavares Chagas defendeu o uso residencial do setor Park Way, afirmando que a região é o "pulmão" de Brasília. Contrapôs-se a uma fala anterior e declarou que a maioria dos moradores não quer condomínios de uso misto, relatou as invasões de áreas no setor e defendeu os corredores ecológicos e concordou que falta transporte público, mas reclamou das vias de ligação. O Sr. Igor Gonçalves, representante do Movimento Salve ARIE JK, elogiou a Audiência e tratou da expansão da urbanização na sua região, propondo atenção às Zonas de Amortecimento na etapa de prognóstico e a construção de um parque em Ceilândia e defendendo a recuperação do Rio Melchior. O Sr. Giovane Sandri, Associação dos Moradores das Chácaras do Vale Verde, explicou a necessidade de regularização das escrituras dos imóveis da região e pediu um Altiplano Urbano nos moldes do Park Way, diferentemente da parte do Altiplano que defende o zoneamento rural. Em seguida, o Sr. André Tavares, IAB/DF, disse que sua instituição está preocupada com o tratamento das leis urbanísticas (Uso e Parcelamento) e de preservação (PPCUB). Ressaltou o caráter educativo do plano e criticou a divulgação do PDOT, a condução das articulações entre o governo e os órgãos que atuam no planejamento territorial e a falta de planos de habitação, diante da imensa população morando de forma precária em áreas de risco. A Sra. Lúcia Gomes Queiroz, representante do Condomínio Vila Esperança, Kanegae, no Riacho Fundo I, solicitou que seu condomínio consta-se como área urbana e, principalmente, fosse regularizado, de forma a garantir infraestrutura necessária, pois esta é precária em seu condomínio. Por fim, passou a detalhar as condições precárias da região. A Sra. Muna Ahmad Yousef, representante da Academia Planaltina de Letras, refletiu sobre o conceito de desenvolvimento almejado e reforçou a importância da preservação ambiental, que deve ser tratada como ponto central do PDOT. Arrazouou que é preciso uma visão sistêmica do DF como um todo e que o planejamento deve ser integrado. Por fim, o Sr. Raimundo Eloi de Carvalho, ACPW, tratou da regularização das quadras 1 a 5 do Park Way. Encerradas as manifestações, o Mestre de Cerimônias lembrou que as demais considerações poderiam ser encaminhadas via formulário online. Em conclusão, o Sr. Marcelo Vaz Meira da Silva agradeceu todas as contribuições e falou que serão analisadas e consideradas. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a 1ª Audiência Pública com Vistas à Apresentação do Resultado da Etapa de Diagnóstico Obtido na Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) foi encerrada.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
Secretário de Estado

SECRETARIA ADJUNTA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO CENTRAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 62, DE 24 DE JULHO DE 2024

A SUBSECRETÁRIA DA CENTRAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições conferidas pelo art. 49, III, da Portaria nº 227, de 11 de julho de 2022, bem como com base no Princípio da Publicidade dispôs no artigo 37 da Constituição Federal e no artigo 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

REVOGAR a pedido o ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO nº 068/2024, emitido em 15 de janeiro de 2024, para o endereço: SETOR OESTE QUADRA AR-18 CONJUNTO 02 NÚMERO 32 - SOBRADINHO/DF, tendo como proprietários FLÁVIO LUCIANO DIAS e FLÁVIA CARLOS DA SILVA DIAS, autora do projeto VERA LUCIA MORAES DE MENESES, processo nº 00304-00001634/2018-75, expedido por esta Central de Aprovação de Projetos, em atendimento à solicitação via requerimento padrão (doc. SEI nº 146425724).

MARIANA ALVES DE PAULA

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

PORTARIA Nº 172, DE 23 DE JULHO DE 2024

Dispõe sobre o teto dos projetos esportivos ou paradesportivos a serem apresentados à Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal, de que trata a Lei Distrital nº 6.155, de 25 de junho de 2018.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, parágrafo único, do artigo 105, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e considerando o disposto no artigo 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019/2014, bem como o disposto no inciso VI, do artigo 29, do Decreto nº 37.843/2016, resolve:

Art. 1º Estabelecer o valor limite para os projetos esportivos ou paradesportivos a serem apresentados, visando a contemplação da Lei nº 6.155, de 25 de junho de 2018 (Lei de Incentivo ao Esporte do Distrito Federal).

Art. 2º O limite de valor para os projetos esportivos ou paradesportivos será definido anualmente pelo gestor público responsável pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal, de acordo com o montante a ser concedido a título de incentivo, decretado pelo Chefe do Poder Executivo do Distrito Federal, nos termos do artigo 3º da Lei nº 6.155, de 25 de junho de 2018.

Art. 3º Para o ano de exercício de 2024, o valor limite estabelecido para cada projeto esportivo ou paradesportivo apresentado à Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal, visando a contemplação pela Lei de Incentivo ao Esporte do Distrito Federal (Lei nº 6.155/2018), é de R\$ 6.918.515,00 (seis milhões, novecentos e dezoito mil, quinhentos e quinze reais).

Art. 4º Os projetos esportivos ou paradesportivos apresentados nos termos da Lei nº 6.155, de 25 de junho de 2018, cessarão a possibilidade de serem contemplados no momento em que esgotarem os valores definidos como renúncia fiscal do Estado para o ano de 2024, conforme o Decreto nº 45.452, de 26 de janeiro de 2024.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 25, de 04 de março de 2024.

RENATO JUNQUEIRA

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA

COMITÊ DE FINANCIAMENTO À ATIVIDADE PRODUTIVA DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE FINANCIAMENTO
À ATIVIDADE PRODUTIVA DO DISTRITO FEDERAL

Aos 10 (dez) dias, do mês de julho, do ano de dois mil e vinte e quatro (2024), às dez horas, presencialmente, na sala de reuniões do 4º andar da sede da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Trabalho e Renda, localizada no Setor de Edifícios de Utilidade Pública Norte - SEPN, Quadra 511, Bloco A, Asa Norte, Brasília-DF, verificou-se o quórum com a chamada nominal dos presentes e foi dado início a 3ª Reunião Extraordinária do Comitê de Financiamento à Atividade Produtiva do Distrito Federal - COFAP/DF. Iniciada a reunião, sob a presidência do Sr. Thales Mendes Ferreira, Coordenador do COFAP/DF e Secretário de Estado, presença do Sr. Ivan Alves dos Santos - Secretário Adjunto da SEDET e os seguintes Conselheiros e Conselheiras: Manoel Valdeci Machado Elias, representante da Federação das Associações Comerciais e Industriais do Distrito Federal - FACI/DF, Kamilla Ribeiro de Azevedo, representante da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SECTI/DF, Wanessa Corazza Miguel, representante da Secretaria de Estado de Turismo - SETUR/DF, Guilherme Amâncio Louly Campos, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal - FAPE/DF, Érika Maria Caetano, representante da Federação das Indústrias do Distrito Federal - FIBRA/DF, José Luiz Guerra Neves, representante da Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural - SEAGRI/DF e Rodrigo de Assis Souza, representante da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL, e Júlio Torres Ribeiro Neto, representante da Federação do Comércio de Brasília - FECOMÉRCIO/DF. E como convidado o Sr. Eduardo Alves de Almeida Neto, da Federação do Comércio de Brasília - FECOMÉRCIO/DF e João Paulo Batista Cabral, representante da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO. Presentes a equipe da SEDET: Dalva Bernardes, Renata Daniele Faria, Márcia Regina da Paz, Gisliana Quaresma, da Assessoria de Órgãos Colegiados - AOC e Allan Brandão Fonseca, da Assessoria de Gabinete. Fizeram-se presentes instituições financeiras: Welinton da Silva Borges, Marcos da Costa, Ana Carolina Iocca - representantes do Banco do Brasil - BB, Marcelo, Gerência do Agronegócio - representante do Banco de Brasília - BRB, Marcus Vinicius Silva Cardoso e Petherson Santos Santana do SICREDI. O Secretário de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda e Coordenador do COFAP, Thales Mendes Ferreira, iniciou a reunião cumprimentando todos os presentes, em seguida informou que a Pauta se constitui de 53 (cinquenta e três) Cartas-Consultas de Concessão, 01 (uma) Carta-Consulta de Revalidação, 01 (uma) Carta-Consulta de Retificação, 01 (uma) Carta-Consulta de Rerratificação, submetendo a apreciação do Comitê. Passou-se a leitura individualizada dos resumos de cada Carta-Consulta, das solicitações de financiamento, utilizando os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, encaminhadas pelas instituições financeiras Banco do Brasil - BB e Banco de Brasília - BRB. Processos deliberados: 1. Pauta Normal - Carta de Ordem 001 - Concessão - Proponente: USINA SOLAR SAMAMBAIA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS SPE LTDA. Protocolo Digital: 100113.0019844/2024, inscrita no CNPJ nº: 50.***.***.***.42. Brasília/DF. Valor do Recurso do FCO R\$ 9.320.000,00, Recursos Próprios R\$ 0,00 e Valor Total R\$ 9.320.000,00, instituição financeira: Banco do Brasil. Após leitura e devidos esclarecimentos acerca da Carta, todos os conselheiros votaram pela aprovação, o que foi acatado por unanimidade dos presentes. Carta de Ordem 002 - Concessão - Proponente: PANIFICADORA E CONFEITARIA CINCO ESTRELAS LTDA. Protocolo Digital 100113.0020266/2024, inscrita no CNPJ nº: 37.***.***.***.66. Brasília/DF. Valor do Recurso do FCO R\$ 3.579.303,34, Recursos Próprios R\$ 1.533.987,17, Valor Total R\$